

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2014	Dividendo	25/02/2014	Ordinária		0,11726
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2014	Dividendo	25/02/2014	Ordinária		0,09230
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2014	Ordinária		0,01156
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2014	Ordinária		0,00587
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,02667
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,14097
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/04/2014	Ordinária		0,01118
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Dividendo	27/06/2014	Ordinária		0,00367
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Dividendo	27/06/2014	Ordinária		0,10668
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Juros sobre Capital Próprio	27/06/2014	Ordinária		0,01155
Reunião do Conselho de Administração	28/07/2014	Dividendo	29/07/2014	Ordinária		0,07353
Reunião do Conselho de Administração	28/07/2014	Juros sobre Capital Próprio	29/07/2014	Ordinária		0,00568
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2014	Dividendo	30/09/2014	Ordinária		0,07123
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2014	Ordinária		0,01174
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2014	Dividendo	31/10/2014	Ordinária		0,19578
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2014	Juros sobre Capital Próprio	31/10/2014	Ordinária		0,00568
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2014	Dividendo	22/12/2014	Ordinária		0,15591

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	22/12/2014	Ordinária		0,00587

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.617.025	1.657.310	1.134.690
1.01	Ativo Circulante	125.972	420.872	103.262
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.187	323.623	16.107
1.01.03	Contas a Receber	65.314	62.180	55.909
1.01.03.01	Clientes	65.178	62.149	55.891
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	136	31	18
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.050	131	88
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.050	131	88
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.114	2.339	1.746
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.307	32.599	29.412
1.01.08.03	Outros	9.307	32.599	29.412
1.01.08.03.01	Outros Créditos	9.307	9.723	914
1.01.08.03.02	Titulos e Valores Mobiliários	0	22.876	28.498
1.02	Ativo Não Circulante	1.491.053	1.236.438	1.031.428
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.172	9.905	7.531
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.967	0	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.967	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	39
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	52.205	9.905	7.492
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	52.205	9.905	7.492
1.02.03	Imobilizado	44.919	39.692	36.154
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	44.919	39.692	36.154
1.02.04	Intangível	1.389.962	1.186.841	987.743
1.02.04.01	Intangíveis	1.389.962	1.186.841	987.743

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.617.025	1.657.310	1.134.690
2.01	Passivo Circulante	128.331	222.092	360.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.693	5.413	4.754
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.693	5.413	4.754
2.01.02	Fornecedores	20.646	20.293	14.471
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.646	20.293	14.471
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.447	10.547	8.449
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.447	10.547	8.449
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	9.447	10.356	8.269
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	191	180
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.974	126.882	133.650
2.01.04.02	Debêntures	25.974	126.882	133.458
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	192
2.01.05	Outras Obrigações	33.094	44.259	172.631
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.772	5.278	8.224
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.195	4.717	4.722
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.577	561	3.502
2.01.05.02	Outros	25.322	38.981	164.407
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	2.579	129.573
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	17.423	16.415	16.703
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.899	19.987	18.131
2.01.06	Provisões	33.477	14.698	26.716
2.01.06.02	Outras Provisões	33.477	14.698	26.716
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	18.497	8.440	16.538
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.980	6.258	10.178
2.02	Passivo Não Circulante	1.108.998	1.033.224	204.549
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	947.305	884.833	92.848
2.02.01.02	Debêntures	947.305	884.833	92.848
2.02.02	Outras Obrigações	42.918	45.353	53.304

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	3
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	3
2.02.02.02	Outros	42.918	45.353	53.301
2.02.02.02.03	Obrigações com o poder concedente	32.248	42.597	50.321
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Federais	0	559	605
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	10.670	2.197	2.375
2.02.03	Tributos Diferidos	0	6.631	1.800
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	6.631	1.800
2.02.04	Provisões	118.775	96.407	56.597
2.02.04.02	Outras Provisões	118.775	96.407	56.597
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	62.164	49.890	17.946
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	54.174	44.249	36.552
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.437	2.268	2.099
2.03	Patrimônio Líquido	379.696	401.994	569.470
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	409	198	81
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	409	198	81
2.03.04	Reservas de Lucros	76.740	99.249	266.842
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	16.231	38.740	206.333

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.128.114	1.011.465	824.431
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-600.927	-465.799	-320.905
3.03	Resultado Bruto	527.187	545.666	503.526
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-58.517	-52.015	-57.202
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-58.517	-52.015	-57.202
3.04.05.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.379	-51.981	-57.159
3.04.05.03	Outras Despesas Liquidas	-138	-34	-43
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	468.670	493.651	446.324
3.06	Resultado Financeiro	-96.305	-64.361	-53.162
3.06.01	Receitas Financeiras	31.705	34.317	7.846
3.06.02	Despesas Financeiras	-128.010	-98.678	-61.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	372.365	429.290	393.162
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-121.488	-139.867	-126.394
3.08.01	Corrente	-132.086	-135.036	-120.751
3.08.02	Diferido	10.598	-4.831	-5.643
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	250.877	289.423	266.768
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	250.877	289.423	266.768
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,92785	1,07041	0,98662
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,92785	1,07041	0,98662

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	250.877	289.423	266.768
4.03	Resultado Abrangente do Período	250.877	289.423	266.768

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	471.909	453.049	379.633
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	543.265	510.836	450.328
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	250.877	289.423	266.768
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	121.611	83.438	70.728
6.01.01.03	Perda/baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	681	243	1.421
6.01.01.04	Receita Financeira sobre Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	-3.088	-2.591	-484
6.01.01.05	Encargos Financeiros e Variação Monetária sobre Debêntures	111.783	84.580	46.079
6.01.01.06	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	48.621	36.340	44.872
6.01.01.07	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	2.631	2.403	2.534
6.01.01.08	Variação Monetária sobre obrigações com o poder concedente	6.394	7.640	9.795
6.01.01.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	14.905	4.425	1.927
6.01.01.10	Atualização monetária da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.334	1.348	1.602
6.01.01.11	Prêmio de opções	211	117	50
6.01.01.12	Juros capitalizados	0	-711	-470
6.01.01.13	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	32	27	0
6.01.01.14	Tributos diferidos	-10.598	4.831	5.644
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	1	20	776
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.130	-697	-914
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-71.356	-57.787	-70.695
6.01.02.01	Clientes	-3.061	-6.285	-11.965
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-919	-43	192
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	225	-593	-113
6.01.02.04	Outros Créditos	416	-8.809	-2.377
6.01.02.05	Fornecedores	353	5.822	-264
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	-909	2.087	643
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	280	659	988
6.01.02.08	Partes relacionadas	2.389	-2.923	-1.509
6.01.02.09	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-3.965	-4.749	-5.181
6.01.02.10	Pagamento de manutenção e construção de obras	-31.101	-38.975	-55.286

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.11	Outros contas a pagar	-3.615	1.678	6.582
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social	8.722	-3.920	-527
6.01.02.13	Pagamento dos depósitos judiciais	-40.171	-1.736	-1.878
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-330.640	-254.686	-90.582
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-19.949	-11.976	-15.228
6.02.02	Aquisição de Intangível	-310.691	-242.710	-75.354
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-416.705	109.153	-304.913
6.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	25.964	8.213	2.092
6.03.02	Captação de Debêntures	0	850.639	0
6.03.03	Pagamento de Arrendamento Mercantil e Debêntures	-63.000	-96.935	-97.638
6.03.04	Obrigações com o poder concedente	-15.735	-15.652	-13.533
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-275.965	-584.010	-136.911
6.03.06	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-750	-35	-24
6.03.07	Juros Pagos	-87.219	-53.067	-58.899
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-275.436	307.516	-15.862
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	323.623	16.107	31.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.187	323.623	16.107

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	211	-38.740	-234.646	0	-273.175
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	211	0	0	0	211
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.740	-219.527	0	-258.267
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.119	0	-15.119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.877	0	250.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.877	0	250.877
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.231	-16.231	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	16.231	-16.231	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	409	76.740	0	0	379.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	-206.333	-250.683	0	-456.899
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	117	0	0	0	117
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.333	-232.530	0	-438.863
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.153	0	-18.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	289.423	0	289.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.423	0	289.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.740	-38.740	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	38.740	-38.740	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	198	99.249	0	0	401.994

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	50	196.937	-266.768	0	-69.781
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	50	0	0	0	50
5.04.06	Dividendos	0	0	196.937	-245.840	0	-48.903
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.928	0	-20.928
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	266.768	0	266.768
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.768	0	266.768
5.07	Saldos Finais	302.547	81	266.842	0	0	569.470

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	1.205.839	1.086.026	894.573
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	861.128	830.148	779.495
7.01.02	Outras Receitas	39.756	37.303	39.122
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	304.955	218.575	75.956
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-498.800	-398.817	-275.328
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-454.535	-359.132	-230.284
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.265	-39.685	-45.044
7.03	Valor Adicionado Bruto	707.039	687.209	619.245
7.04	Retenções	-121.611	-83.438	-70.728
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-121.611	-83.438	-70.728
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	585.428	603.771	548.517
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.705	34.317	7.846
7.06.02	Receitas Financeiras	31.705	34.317	7.846
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	617.133	638.088	556.363
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	617.133	638.088	556.363
7.08.01	Pessoal	35.720	32.454	28.904
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.130	24.761	22.128
7.08.01.02	Benefícios	7.582	6.542	5.670
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.008	1.151	1.106
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	199.213	214.374	196.536
7.08.02.01	Federais	154.371	171.529	156.276
7.08.02.03	Municipais	44.842	42.845	40.260
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	131.323	101.837	64.155
7.08.03.01	Juros	46.803	43.650	27.891
7.08.03.02	Aluguéis	3.313	3.159	3.147
7.08.03.03	Outras	81.207	55.028	33.117
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.877	289.423	266.768
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	15.119	18.153	20.928
7.08.04.02	Dividendos	219.527	232.530	48.903

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.231	38.740	196.937

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades em 29 de maio de 1998. Nossos resultados foram atingidos por meio do planejamento e foco constante na eficiência da gestão operacional.

Conscientes da vocação do Grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecovias dos Imigrantes firma o seu compromisso na melhoria contínua na prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável.

Como consequência disto, a concessionária tem trabalhado fortemente para aumentar a capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes e melhorar seus indicadores operacionais, principalmente os que se referem à segurança no trânsito. No ano passado, a campanha “Por Uma Estrada Sem Acidentes” deu continuidade ao compromisso firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU) para alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo – proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Com o slogan #DicasSalvamVidas, a concessionária lançou a campanha que distribuiu cartilhas educativas, colocou painéis nas rodovias e chamadas de rádios com dicas de segurança no trânsito.

As obras que exemplificam nosso comprometimento por melhorias constantes são a do Anel Viário de Cubatão e das faixas adicionais da Cônego Domênico Rangone. Construído em 22 meses pela Ecovias dos Imigrantes, dentro do prazo previsto, o Anel Viário elimina um dos principais gargalos do Sistema Anchieta-Imigrantes – o antigo trevo do km 55 da Via Anchieta, que ficou inadequado para demanda atual de tráfego e provocava diversos conflitos de movimentos, bem como congestionamentos diários. Formado por seis viadutos e com extensão total de 2,8 quilômetros, o equipamento permite que cada um dos 16 movimentos, entre acessos e retornos, ocorra de forma ordenada, sem qualquer interferência de um sobre o outro, como ocorria na estrutura antiga. O Anel integra ainda uma faixa operacional na Padre Manoel da Nóbrega, entre os entroncamentos da Via Anchieta e da Rodovia dos Imigrantes.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2014	2013	Var.
Passeio	34.719	32.873	5,6%
Comercial	29.269	29.059	0,7%
Total	63.988	61.932	3,3%

Tarifa Média (em R\$)	2014	2013	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,46	13,40	0,4%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego total foi de 63.988 mil veículos equivalentes pagantes em 2014, aumento de 3,3% em relação a 2013. O aumento do tráfego comercial ocorreu em função do aumento da exportação de soja e milho e ao início da cobrança dos eixos suspensos. O aumento do tráfego de passeio foi influenciado pelas condições climáticas favoráveis.

Em 01 de julho de 2014, a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) adotou reajuste médio nas tarifas de pedágio da concessionária Ecovias dos Imigrantes, de 4,58%. A Ecovias dos Imigrantes não concorda com os reajustes determinados unilateralmente pela Artesp, pois não correspondem à aplicação dos índices previstos nos contratos de concessão e está tomando as medidas cabíveis ao cumprimento do contrato.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Receitas de Pedágio	861,1	830,1	3,7%
Receitas Acessórias	39,7	37,3	6,4%
Receita de Construção ICPC-01	305,0	218,6	39,5%
Total	1.205,8	1.086,0	11,0%

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 1.205,8 milhões em 2014, crescimento de 11,0% em relação à 2013, devido ao aumento da receita de pedágio ocasionado pelo aumento do tráfego em 3,3%.

A receita de construção apresentou crescimento de 39,5% devido à conclusão das obras referente ao aditivo contratual concluídas em outubro de 2014.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 1.128,1 milhões, com aumento de 11,5% em relação a 2013.

Relatório da Administração

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Pessoal	35,7	32,5	9,8%
Conservação e manutenção	13,5	17,4	-22,4%
Serviços de terceiros	99,7	84,3	18,3%
Poder concedente, locações e seguros	22,5	28,6	-21,3%
Outros	12,6	16,7	-24,6%
Custos Caixa	184,0	179,5	2,5%
Depreciação e amortização	121,6	83,4	45,8%
Provisão manutenção ICPC 01	48,6	36,3	33,9%
Custo de construção de Obras ICPC 01	305,0	218,6	39,5%
TOTAL	659,2	517,8	27,3%

Em 2014, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 659,2 milhões, comparados aos R\$ 517,8 milhões em 2013, apresentado um aumento de 27,3%. Os custos caixa atingiram R\$ 184,0 milhões, 2,5% superior a 2013, abaixo da inflação do período.

Os principais motivos para tais variações foram:

Pessoal: R\$ 35,7 milhões em 2014, 9,8% superior a 2013, devido à aplicação do dissídio coletivo e contratações pontuais.

Conservação e Manutenção: R\$ 13,5 milhões em 2014, 22,4% inferior a 2013, resultante de economias com a manutenção de pavimento.

Serviços de terceiros: R\$ 99,7 milhões em 2014, 18,3% superior a 2013, devido ao reajuste nos serviços prestados pela EcoRodovias Concessões.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$ 22,5 milhões em 2014, 21,3% inferior a 2013, decorrente da redução da outorga variável, de 3,0% da receita de pedágio para 1,5%, a partir de julho de 2013.

Depreciação e Amortização: R\$ 121,6 milhões em 2014, 45,8% superior a 2013, devido à maior base de ativos durante o ano de 2014, principalmente, pelas obras do aditivo contratual.

Custo de construção de obras: R\$ 305,0 milhões em 2014, 39,5% superior a 2013, ocasionada pelas obras referente ao aditivo contratual concluídas em outubro de 2014.

Outros: R\$ 12,6 milhões em 2014, 24,6% inferior a 2013.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 590,3 milhões em 2014 e a margem EBITDA de 52,3%, uma redução de 4,8 pontos percentuais em relação 2013 devido ao aumento da receita de construção e provisão para manutenção.

Relatório da Administração

EBITDA			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Lucro Líquido	250,9	289,4	-13,3%
Imposto de renda e contrib.social	121,5	139,9	-13,2%
Resultado Financeiro	96,3	64,4	49,5%
Depreciação e Amortização	121,6	83,4	45,8%
EBITDA	590,3	577,1	2,3%
Margem EBITDA	52,3%	57,1%	-4,7 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 96,3 milhões negativos em 2014, 49,5% a mais que o resultado de 2013. Esta variação ocorreu devido ao maior nível de endividamento da companhia e às altas dos juros e inflação ocorridas ao longo de 2014.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2014, a Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 250,9 milhões, 13,3% inferior aos R\$ 289,4 milhões registrados em 2013.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2014 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 48,2 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por financiamentos, empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures) atingiu R\$ 973,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 925,1 milhões.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 1,6x.

Endividamento			
(em milhões de R\$)	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Curto Prazo	-	95,9	-100,0%
Debêntures	-	95,9	-100,0%
Longo Prazo	973,3	915,8	6,3%
Debêntures	973,3	915,8	6,3%
Endividamento Financeiro Bruto¹	973,3	1.011,7	-3,8%
Credor pela Concessão	48,2	59,0	-18,3%
Endividamento Bruto	1.021,5	1.070,7	-4,6%
Caixa e equivalentes de caixa	48,2	346,6	-86,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	925,1	665,1	39,1%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$ 360,6 milhões em 2014. Os principais investimentos realizados em 2014 foram a finalização das obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

Relatório da Administração

CAPEX (em milhões de R\$)	2014			2013			Var.
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 2014x 2013
Ecovias	330,6	31,1	361,7	292,8	38,9	331,7	9,0%

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecovias dos Imigrantes está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias.

Diante disso, em 2014, o Grupo EcoRodovias deu mais um passo ao lançar uma importante ferramenta para a disseminação das informações à diretoria e membros do Conselho: o Portal de Governança Corporativa. Centralizando as informações em um único e moderno canal para que circulem de forma ágil e segura, a ferramenta atende a um dos requisitos de boas práticas do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), agregando ainda mais valor ao sistema de Governança da companhia. Todos os esforços que podem ser verificados por meio de diversos prêmios conquistados ao longo do ano.

Pela Época NEGÓCIOS 360º, o Grupo EcoRodovias foi considerado o número 1 do Brasil na área de Governança Corporativa. O levantamento da revista foi realizado em parceria com a conceituada Fundação Dom Cabral.

O Prêmio ISTOÉ Empresas + Conscientes também elegeu a empresa como uma das cinco melhores do país na categoria Governança Corporativa e o Índice de Governança Corporativa (IGC), produzido pela Delta *Economics & Finance* para a revista AméricaEconomia Brasil, nos reconheceu entre as 10 companhias brasileiras com maior pontuação no ranking.

Todos esses reconhecimentos dão a certeza que a Grupo EcoRodovias está no caminho certo e, exatamente por isso, continuará seguindo as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, do IBGC. Dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas uso de informações e divulgação de ato ou fato relevante e de negociação com valores mobiliários.

A cultura anticorrupção é outro importante ponto a ser destacado por já estar arraigada na administração e entre os colaboradores, sendo que, desde a entrada em vigor da Lei Anticorrupção, em janeiro de 2014, a Companhia tem divulgado de forma contundente os termos da referida lei. O Grupo EcoRodovias já possui, por exemplo, normas estruturadas de controle de riscos e um Código de Conduta Empresarial que veda ações como a promessa de vantagens a agentes públicos, pagamento de propinas, frustração de competitividade, etc. Além disso, há um Comitê de Ética, formado por membros da alta administração, que tem por objetivo processar e apurar as denúncias a ele direcionadas, cujo tratamento é sigiloso.

No entanto, não obstante a todas essas atividades já desempenhada, o Grupo EcoRodovias reuniu um grupo de trabalho formado pelas diretorias Jurídica e de Gestão de Pessoas, e as gerências de Riscos e Controles Internos e de Comunicação Interna com o objetivo de aprimorar ainda mais os controles e políticas existentes, desenvolvendo um plano de ação amplo dentro do Grupo.

GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2014 foi de extrema importância para os projetos e ações de desenvolvimento e gestão de pessoas dentro do Grupo EcoRodovias. Com o aval do Conselho de Administração e do presidente do Grupo, pode-se afirmar com tranquilidade e com muita honra que os cerca de 6 mil colaboradores que fazem parte da companhia passaram a ser vistos de uma forma cada vez mais estratégica.

Relatório da Administração

Projetos como o diagnóstico de cultura, a revisão do modelo de remuneração executiva, a construção de um único plano de cargos e salários considerando as particularidades de cada negócio, a construção de um *dashboard* com indicadores de gestão de pessoas e a reformulação de toda a comunicação interna do Grupo, entre outros pontos, foram projetos desempenhados ao longo de 2014 fundamentais para esse processo.

A crença do Grupo de investir permanentemente no desenvolvimento de seus colaboradores, em todos os níveis, está cada vez mais forte. Como evidência disso, pode-se destacar os treinamentos realizados ao longo de 2014 com todos as lideranças do Grupo, em todos os níveis, por meio da Escola de Líderes. Vale ressaltar ainda que a área de Gestão de Pessoas continua priorizando programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com apoio ao esporte à saúde e diversos outros pontos.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com ECO no nome e no DNA, a missão do Grupo EcoRodovias é de atuar de forma sustentável, adotando iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Em 2014, uma meta importante foi alcançada neste sentido: neutralizamos 100% das emissões diretas de carbono referentes ao ano anterior. Trata-se do primeiro grupo de concessões rodoviárias a alcançar tal feito. Esse resultado foi gerado pela compra e cancelamento voluntário de créditos de carbono vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto. O projeto escolhido para compensar as emissões foi o do Aterro de Manaus (AM), onde o biogás é coletado e queimado, com alta eficiência, o que reduz as emissões de Gases do Efeito Estufa e ainda produz energia elétrica limpa. No total, a iniciativa representa a compensação de 22 toneladas de CO2 equivalente.

Além disso, outro ponto importante a ser destacado de 2014 é o Programa de Eficiência Energética do Grupo EcoRodovias, que tem o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade e melhorar a eficiência energética em suas operações e estruturas de negócios. As ações, desenvolvidas pelas concessões rodoviárias, fazem parte do nosso compromisso com práticas destinadas à mitigação das mudanças climáticas. Cabe destacar que todas as ações seguiram diretrizes da Política de Sustentabilidade e estratégias corporativas, além de outras normativas voltadas ao bom desempenho do Sistema de Gestão Integrada, incluindo a ISO 9001 (Gestão da Qualidade), a ISO 14001 (Gestão Ambiental) e a OHSAS 18001 (Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional) do Grupo.

Ainda sobre a sustentabilidade no Grupo, vale destacar que as ações da EcoRodovias, pelo quarto ano consecutivo, permanecem na carteira do ISE/BM&FBovespa, fato de extrema importância para a companhia.

Outros diversos projetos desenvolvidos ao longo da trajetória do Grupo e em todas as controladas nos faz honrar o compromisso com o nome ECO, tais como:

- Ecoviver: tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias.
- Voluntários do Bem: projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas a crianças de escolas públicas sobre valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.
- Saúde do Caminhoneiro: em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos a caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.

Relatório da Administração

- Reinventar: iniciativa com objetivo de reaproveitar as lonas utilizadas em painéis publicitários ao longo das rodovias e transformá-las em produtos como bolsas, pastas, estojos, aventais, gerando renda para costureiras.
- Virando o Jogo: projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens da rodovia e oferecer atividades recreativas e educativas.
- Equipes Brasileiras de Voleibol Sentado: a EcoRodovias é patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina do voleibol sentado. No ano de 2014, com muito orgulho, foi firmado ainda mais o compromisso com o esporte ao patrocinar a equipe de vôlei de São Bernardo do Campo.
- Preservação da fauna: diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocataratas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.
- Emissões: uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos uso de equipamentos com maior eficiência energética e contratação de veículos fretados para o transporte de funcionários.
- Papai Noel Existe: os públicos de relacionamento da companhia escrevem cartas como se fossem o Papai Noel e a EcoRodovias distribui os presentes a entidades carentes da região.

Além disso, o Grupo EcoRodovias deu continuidade à sua participação na campanha “Década de Ação pelo Trânsito Seguro”, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa reduzir o número de acidentes de trânsito.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”. Os honorários relativos a esses trabalhos em 2014 são de R\$221,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.

Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.406/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Moeda funcional da apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IAS16 e 38 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

- (i) *A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:--*
Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

- (ii) *Alterações de pronunciamentos já existentes*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de <i>offset</i> às demonstrações financeiras condensadas	<p>A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas.</p> <p>No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.</p>	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,45% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	6.738	6.524
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	36.030	316.738
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	5.419	361
	<u>48.187</u>	<u>323.623</u>

- (a) Fundo de investimento enquadrado na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro 2014 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 17,04% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 76,51% em Operações Compromissadas e 6,45% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de Investimento	-	4.627
CDB	-	18.249
	<u>-</u>	<u>22.876</u>

Notas Explicativas

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui aplicações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, pois esses valores estavam vinculados ao processo de liquidação de remuneração da 1ª Emissão de Debêntures, o qual foi totalmente quitado em 03 de novembro de 2014. A 2ª Emissão de Debêntures não requer tais garantias.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	59.866	58.044
Cupons de pedágio	2.805	1.464
Receitas acessórias	2.621	2.723
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	<u>(114)</u>	<u>(82)</u>
	<u>65.178</u>	<u>62.149</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	65.152	62.120
Vencidos:		
Até 30 dias	19	19
De 31 a 60 dias	2	7
De 61 a 90 dias	5	3
Acima de 90 dias	-	82
Acima de 120 dias	<u>114</u>	<u>-</u>
	<u>65.292</u>	<u>62.231</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	82	55
Constituição de PCLD no exercício	32	43
Valores recuperados no exercício	<u>-</u>	<u>(16)</u>
	<u>114</u>	<u>82</u>

Notas Explicativas

8. Despesas antecipadas

O saldo de R\$2.114 (R\$2.339 em 31 de dezembro de 2013) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 28.

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	9.905	7.492
Adições	40.171	1.736
Baixas	(1)	(20)
Atualização monetária	2.130	697
Saldo final	<u>52.205</u>	<u>9.905</u>

Notas Explicativas

10. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo						Depreciação			Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2013
Hardwares	6,0	86.855	6.451	(231)	-	93.075	(72.420)	(5.431)	11	(77.840)	15.235	14.435
Máquinas e equipamentos	9,9	12.715	1.620	(7)	(20)	14.308	(7.446)	(1.334)	7	(8.773)	5.535	5.269
Móveis e utensílios	6,8	5.074	588	(3)	20	5.679	(2.774)	(366)	3	(3.137)	2.542	2.300
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,0	2.613	420	-	-	3.033	(589)	(199)	-	(788)	2.245	2.024
Veículos	16,9	3.380	227	-	-	3.607	(2.242)	(589)	(3)	(2.834)	773	1.138
Instalações	7,2	2.158	2.670	-	274	5.102	(915)	(276)	13	(1.178)	3.924	1.243
Outros	-	6.441	-	(33)	(274)	6.134	-	-	-	-	6.134	6.441
		122.540	11.976	(274)	-	134.242	(86.386)	(8.195)	31	(94.550)	39.692	36.154

Notas Explicativas

10. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em				Custo				Depreciação				Residual			
		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2014		31/12/2013	
		Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em
Hardwares	6,1	93.075	7.482	(88)	-	100.469	(77.839)	(5.914)	61	54	(83.638)	16.831	(5.914)	-	-	15.236	
Máquinas e equipamentos	9,2	14.308	3.556	-	-	17.864	(8.773)	(1.485)	-	-	(10.258)	7.606	(1.485)	-	-	5.535	
Móveis e utensílios	6,9	5.679	382	(6)	-	6.055	(3.137)	(407)	6	(54)	(3.592)	2.463	(407)	-	-	2.542	
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	-	3.304	-	-	-	3.304	
Edificações	7,0	3.033	-	-	-	3.033	(788)	(212)	-	2	(998)	2.035	(212)	-	-	2.245	
Veículos	13,4	3.607	2.562	(100)	-	6.069	(2.831)	(642)	-	-	(3.473)	2.596	(642)	-	-	776	
Instalações	10,5	5.102	1.121	(32)	-	6.191	(1.182)	(593)	4	(2)	(1.773)	4.418	(593)	-	-	3.920	
Outros	-	6.134	4.846	(6)	(5.308)	5.666	-	-	-	-	-	5.666	-	-	-	6.134	
		134.242	19.949	(232)	(5.308)	148.651	(94.550)	(9.253)	71	-	(103.732)	44.919	(9.253)	-	-	39.692	

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram capitalizados encargos financeiros (R\$711 em 31 de dezembro de 2013), considerando a taxa média de captação de 10,45%.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

11. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012
Contratos de concessão Intangível em andamento	1.690.666	262.327	-	32.406	1.985.399	(732.145)	(74.672)	(806.817)	1.178.582	958.521
Softwares de terceiros	27.334	5.072	-	(32.406)	-	-	-	-	-	27.334
Intangível em andamento	5.116	1.160	-	-	6.276	(3.228)	(571)	(3.799)	2.477	1.888
	-	5.782	-	-	5.782	-	-	-	5.782	-
	1.723.116	274.341	-	-	1.997.457	(735.373)	(75.243)	(810.616)	1.186.841	987.743
	Custo				Amortização				Residual	
Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013
(*)	1.985.399	308.891	(185)	10.858	2.304.963	(806.817)	(111.527)	71	(918.273)	1.386.690
12,0	6.276	1.256	-	-	7.532	(3.799)	(831)	-	(4.630)	2.902
	5.782	544	(406)	(5.550)	370	-	-	-	370	5.782
	1.997.457	310.691	(591)	5.308	2.312.865	(810.616)	(112.358)	71	(922.903)	1.389.962

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2014 é de 5,19% ao ano (4,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	31/12/2014
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.584	416	(209)	5.791	207
Provisão FAP	207	153	(170)	190	(17)
Provisão férias de diretor	25	18	(27)	16	(9)
Provisão para devedores duvidosos	11	2	(9)	4	(7)
Provisão para manutenção	19.274	6.875	-	26.149	6.875
AVP ônus Concessão	(155)	1.339	(615)	569	724
Juros capitalizados	(1.117)	-	233	(884)	233
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT (*)	(30.460)	-	2.592	(27.868)	2.592
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(6.631)	8.803	1.795	3.967	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					10.598

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos--Continuação*

	<u>31/12/2014</u>
2015	2.842
2016	2.842
2017	2.842
2018	2.842
2019 a 2023	2.842
Após 2023	<u>(10.243)</u>
	<u>3.967</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a conseqüente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas Explicativas**12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação**Política contábil--Continuaçãob) *Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	372.365	429.290
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(126.604)	(145.959)
Juros sobre o capital próprio	5.140	6.172
Outros	(24)	(80)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(121.488)	(139.867)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(132.086)	(135.036)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	10.598	(4.831)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial provisão IR/CS	6.258	10.178
Despesa IR/CS corrente DRE	132.086	135.036
Total IR/CS pagos no exercício	(123.364)	(138.956)
Saldo final provisão IR/CS	14.980	6.258

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:		
ISS	4.054	3.971
COFINS	2.614	2.412
PIS	566	523
ISS na fonte	1.266	1.625
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	175	208
INSS fonte	458	842
Outros impostos	314	775
	9.447	10.356

Notas Explicativas

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido	968.988	1.007.928
Remuneração (juros)	28.862	31.064
Custos com emissão de debêntures (*)	(24.571)	(27.277)
	<u>973.279</u>	<u>1.011.715</u>
Circulante	25.974	126.882
Não circulante	947.305	884.833

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	1.011.715	226.306
Adição	-	850.639
Pagamento de juros	(87.219)	(53.060)
Pagamento do principal	(63.000)	(96.750)
Encargos financeiros	111.783	84.580
Saldo final	<u>973.279</u>	<u>1.011.715</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 03 de novembro de 2014, a 1ª Emissão de Debêntures da Companhia já havia sido integralmente quitada.

Em 31 de dezembro de 2014, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

1ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,59
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	3,87
2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,59
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	6,05

(*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas**14. Debêntures--Continuação**

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	21/12/06	07/05/13
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00	R\$1.000,00
Valor da emissão	R\$450.000 1ª série - R\$ 135.000 2ª série - R\$ 157.500 3ª série - R\$ 157.500	R\$881.000 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - R\$1.129,73 2ª série - R\$1.133,48
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Notas Explicativas**14. Debêntures--Continuação**

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	“brAAA” da Standard & Poors	“brAAA” da Standard & Poors
Índices financeiros exigidos	(i) índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	(i) índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	-	(2.888)	(2.888)
2016	-	(2.863)	(2.863)	-	(2.863)	(2.863)
2017	-	(3.227)	(3.227)	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.442)	(3.442)	-	(3.442)	(3.442)
2019	109.987	(2.942)	107.045	-	(2.942)	(2.942)
2020	109.987	(2.653)	107.334	100.000	(2.653)	97.347
2021 a 2024	749.014	(6.556)	742.458	809.403	(6.555)	802.848
	968.988	(21.683)	947.305	909.403	(24.570)	884.833

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª emissão						
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		1.331.000	(39.286)	1.291.714		

Notas Explicativas

14. Debêntures--Continuação

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
Companhia	Natureza	Clientes	Intangível	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	199.469	1.468
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	1.162	19
CBB Ind. Com. de Asfalto e Eng. Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	7.163	90
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	7	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	74	-	132
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	6.063
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (c)	Outras partes relacionadas	55	-	-
Total em 31 de dezembro de 2014		136	207.794	7.772
Total em 31 de dezembro de 2013		31	119.759	5.278

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	231	(48.705)	(30.500)
Total em 31 de dezembro de 2014		231	(48.705)	(30.500)
Total em 31 de dezembro de 2013		219	(45.522)	(22.513)

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas--Continuação

Demonstração do resultado--Continuação

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$359.009, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é janeiro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, foram incorridos R\$339.995. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.468 (sobre os serviços incorridos) têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$79.205, o saldo em aberto de R\$6.063 em 31 de dezembro de 2014 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$35.475, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014 há um saldo de serviços a realizar de R\$28.448. Os saldos em aberto a pagar R\$109 (sobre os serviços incorridos) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014 no montante R\$1.850 (R\$924 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

A remuneração dos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Remuneração (fixa/variável)	873	732
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 19.d)	211	117
Previdência privada	56	75
	<u>1.140</u>	<u>924</u>

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 10,45% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	243.650	42.464	-	-	286.114
Efeito do valor presente sobre a constituição	(40.802)	(6.124)	-	-	(46.926)
Realização da manutenção	(171.752)	-	(38.975)	-	(210.727)
Ajuste a valor presente - realizações	21.994	-	-	2.234	24.228
	<u>53.090</u>	<u>36.340</u>	<u>(38.975)</u>	<u>2.234</u>	<u>52.689</u>
Circulante	16.538				8.440
Não circulante	36.552				44.249
	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	286.114	54.673	-	-	340.787
Efeito do valor presente sobre a constituição	(46.926)	(6.052)	-	-	(52.978)
Realização da manutenção	(210.727)	-	(31.101)	-	(241.828)
Ajuste a valor presente - realizações	24.228	-	-	2.462	26.690
	<u>52.689</u>	<u>48.621</u>	<u>(31.101)</u>	<u>2.462</u>	<u>72.671</u>
Circulante	8.440				18.497
Não circulante	44.249				54.174

Notas Explicativas

17. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.469	169	4.638
	<u>2.099</u>	<u>169</u>	<u>2.268</u>
Não circulante	2.099		2.268

	31/12/2013	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.638	169	4.807
	<u>2.268</u>	<u>169</u>	<u>2.437</u>
Não circulante	2.268		2.437

18. Obrigações com o Poder Concedente

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas fixas (a)	48.363	57.806
Parcelas variáveis (b)	1.308	1.206
	<u>49.671</u>	<u>59.012</u>
Circulante	17.423	16.415
Não circulante	32.248	42.597

Notas Explicativas

18. Obrigações com o Poder Concedente--Continuação

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2014, restam 40 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 83,33% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o desconto de R\$4.235 (R\$4.382 em 31 de dezembro de 2013), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$2.159 (R\$3.258 em 31 de dezembro de 2013), e foi totalizado o valor líquido de R\$6.394 (R\$7.640 em 31 de dezembro de 2013) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir dessa data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	14.194
2016	14.717	12.962
2017	13.440	11.838
2018	4.091	3.603
	<u>32.248</u>	<u>42.597</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	59.012	67.024
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	6.394	7.640
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	13.513	20.300
Pagamento principal e atualização	(29.248)	(35.952)
Saldo final	<u>49.671</u>	<u>59.012</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas**18. Obrigações com o poder concedente--Continuação**

Natureza dos custos	31/12/2014	31/12/2013
	Previsão de 2015-2018	Previsão de 2014-2018
Melhorias na infraestrutura	207.664	471.324
Conservação especial (manutenção)	282.187	310.235
Equipamentos	45.916	54.323

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo Modificativo (TAM) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do Termo Aditivo Modificativo (TAM) entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

19. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveisPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	8.327	6.941	2.678	17.946
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	33.472	1.500	373	35.345
(-) Pagamentos	(2.161)	(2.588)	-	(4.749)
(+) Atualização monetária	715	442	191	1.348
(+/-) Reclassificações	(103)	56	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.250	6.351	3.289	49.890

Notas Explicativas**19. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis--Continuação**Política contábil--Continuação

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	40.250	6.351	3.289	49.890
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	12.897	382	1.626	14.905
(-) Pagamentos	(2.415)	(1.225)	(325)	(3.965)
(+) Atualização monetária	708	563	63	1.334
Saldos em 31 de dezembro de 2014	51.440	6.071	4.653	62.164

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 9.139 (R\$8.743 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2014 este valor atualizado é de R\$39.895), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$39.895.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$ 10.610 (R\$7.172 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.224 (R\$13.583 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo é de R\$60.509 (R\$60.509 em 31 de dezembro de 2013).

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Notas Explicativas

20. Patrimônio Líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>4ª outorga</u>	<u>5ª outorga</u>
	<u>31/08/2010</u>	<u>22/03/2011</u>	<u>23/03/2012</u>	<u>25/04/2013</u>	<u>28/04/2014</u>
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$211 (R\$117 em 31 de dezembro de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas**20. Patrimônio Líquido--Continuação****d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação**

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	-	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	221.487	221.487
Em 30 de junho de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio no período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,67	87.361	2,56	223	11 meses
2016	15,61	80.232	2,67	214	23 meses
2017	15,62	72.585	3,16	229	35 meses
2018	12,37	55.371	2,10	117	47 meses
		295.549	2,62	783	

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

20. Patrimônio líquido--Continuação

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R\$275.965 refere-se a: R\$38.740 saldo de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; R\$219.527 dividendos intermediários do exercício de 2014, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2015 e R\$2.579 juros sobre capital próprio do exercício de 2013 e R\$15.119 de juros sobre capital próprio de 2014, calculados conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	250.877	289.423
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	250.877	289.423
Dividendos intermediários pagos	(219.527)	(232.530)
Juros sobre o capital próprio pagos	(15.119)	(18.153)
Saldo de dividendos	16.231	38.740
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	(16.231)	(38.740)

(*) Como divulgado na Nota Explicativa nº 20.c), não foi constituída a reserva legal pelo fato da reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

21. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio,
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

Notas Explicativas

21. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Receitas--Continuação

- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços. Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2014	31/12/2013
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	302.561	300.647
Pedágio por equipamento eletrônico	505.765	469.450
Vale-pedágio	52.099	59.388
Outras	703	663
	861.128	830.148
Receitas com construção	304.955	218.575
Receitas acessórias (a)	39.756	37.303
	344.711	255.878
Receita bruta		
	1.205.839	1.086.026
Deduções de receita (b)	(77.725)	(74.561)
Receita líquida	1.128.114	1.011.465

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

Notas Explicativas**21. Receita líquida--Continuação**Política contábil--Continuação*Imposto sobre prestação de serviços--Continuação*

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	861.128	830.148
Receitas acessórias	39.756	37.303
	900.884	867.451
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(27.027)	(26.024)
PIS (0,65%)	(5.856)	(5.638)
ISS (2% a 5%)	(44.842)	(42.845)
Deduções e abatimentos	-	(54)
	(77.725)	(74.561)

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	35.720	32.454
Conservação e manutenção	13.545	17.367
Serviços de terceiros (a)	99.733	84.316
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	5.700	5.179
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	13.513	20.300
Provisão para manutenção	48.621	36.340
Custos com construção	304.955	218.575
Depreciações e amortizações	121.611	83.438
Locações de imóveis e máquinas	3.313	3.159
Outros custos e despesas operacionais	12.595	16.652
	659.306	517.780
 Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	600.927	465.799
Despesas gerais e administrativas	58.379	51.981
	659.306	517.780

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	23.989	28.190
Juros ativos	263	5.384
Variação monetária ativa sobre debêntures	2.701	-
Variação monetária sobre créditos fiscais	4.749	-
Outros	3	743
	31.705	34.317
Juros sobre debêntures	(46.803)	(43.650)
Variação monetária sobre debêntures	(64.974)	(36.185)
Variação monetária sobre direito de outorga	(6.394)	(7.640)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.707)	(4.745)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.631)	(2.403)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(2.967)	(1.348)
Outras	(1.534)	(2.707)
	(128.010)	(98.678)
Resultado financeiro	(96.305)	(64.361)

24. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	250.877	289.423
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,93	1,07

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 20.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2014, a PLR foi de R\$1.963 (R\$1.800 em 31 de dezembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

Notas Explicativas**26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**Gestão de riscos--Continuaçãoa) *Risco de mercado--Continuação*Índices de endividamento

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	1.022.950	1.070.727
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(48.187)	(346.499)
Dívida líquida	974.763	724.228
Patrimônio líquido (ii)	379.696	401.994
Índice de endividamento líquido	2,57	1,80

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14 e 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formadas por CDBs e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas**26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**Gestão de riscos--Continuaçãoa) *Risco de mercado--Continuação*Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	6.738	6.738
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	65.178	65.178
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	41.449	41.449
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	20.646	20.646
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	973.279	973.279
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	49.671	55.024

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$51.560 (R\$50.211 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	12.212	16.830	17.449	168.756
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.182	9.010	9.719	326.911
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	31.376	34.554	37.272	1.556.538

Notas Explicativas**26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	3.417	2.563	1.708
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures	Alta do IPCA	(39.628)	(40.383)	(41.141)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente	Alta do IGP-M	(77)	(96)	(115)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(36.288)</u>	<u>(37.916)</u>	<u>(39.548)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,75%	8,81%	5,88%
IPCA (b)	6,71%	8,39%	10,07%
IGP-M (c)	5,73%	7,16%	8,60%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$288 (R\$220 em 31 de dezembro de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2014 a maio de 2015	288.008
Responsabilidade civil	Maio de 2014 a maio de 2015	83.071
"All Risks" - danos materiais	Maio de 2014 a maio de 2015	4.669.585
"All Risks" - Engenharia	Janeiro de 2014 a novembro de 2015	25.100
"All Risks" - Equipamentos	Maio de 2015 a maio de 2016	113
"All Risks" - Perda de receita	Maio de 2015 a maio de 2016	888.305
"All Risks" - Manut. Conserv.	Maio de 2015 a maio de 2016	119.640
Veículos	Junho de 2014 a junho de 2015	Tabela Fipe

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores